

**AO: Artigo de Opinião**

**CI-CPRI**



## **Portugal numa Encruzilhada Histórica**

Portugal possui cerca de dez milhões de habitantes, é uma pequena economia aberta ao exterior a sudoeste do continente europeu; atlântica e não mediterrânica como Espanha, Itália e Grécia – um pormenor muitas vezes descurado mas que faz toda a diferença do ponto de vista geopolítico. De facto, Portugal é uma economia periférica na Zona Euro ou mesmo na União Europeia a 27, ao passo que no Atlântico o seu triângulo estratégico (continente, Madeira e Açores) constitui uma ponte na ligação entre as Américas, África e a Europa. Recordar-se que capital geograficamente mais próxima de Lisboa pertence a outro continente (não é a europeia Madrid, mas a africana Rabat, capital de Marrocos).

A localização marcou a sua evolução histórica: Portugal é o Estado-Nação mais antigo da Europa, possui as fronteiras mais estáveis e antigas do seu continente, foi o primeiro império global do Mundo e o único que até agora, depois do poderio regional romano, ultrapassou os quinhentos anos de duração. Depois de revelar incapacidade para manter um projecto ultramarino, cedeu à pressão externa e interna e assumiu uma radical mudança de paradigma após a Revolução dos Cravos a 25 de Abril de 1974, concluindo rapidamente os processos de descolonização e de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) – meta esta que conseguiu atingir em 1986 no mesmo ano de Espanha, um rival geopolítico de séculos que em três décadas se transformou no seu principal aliado económico.

Portugal registou um período de relativa expansão após a crise de 1992/93. Talvez motivado pelos resultados e contrariamente ao seu aliado internacional mais antigo (Reino Unido), tomou medidas para integrar o grupo de Estados fundadores da Zona Euro em 1999. A opção comportava o risco de dependência em relação a um projecto pioneiro, pelo que ainda não testado, mas como todo o processo de evolução de Construção Europeia até então havia sido caracterizado por igual incerteza mas com bons resultados, as perspectivas quanto ao futuro eram positivas.

Depois de sucessivos alargamentos, a Zona Euro atingiu os dezassete Estados-membros em 2011, os quais eram heterogéneos entre si e não praticavam a harmonização fiscal nem económica. Perante as dificuldades crescentes decorrentes de uma esforçada (ou mesmo contabilística) convergência portuguesa à Zona Euro registada por altura da

adesão, Portugal sentiu a perda de instrumentos de política monetária que costumavam ajudá-lo a compensar os seus muitos desequilíbrios macroeconómicos.

Simultaneamente, sempre que o euro se valorizava muito em relação ao dólar, tornavam-se mais difíceis os investimentos e as exportações para países com os quais Portugal possuía ligações históricas como os EUA, o Reino Unido, os lusófonos (incluindo Angola e Brasil), e emergentes tais como a Índia, a China e a Rússia.

Com uma balança comercial de bens e de serviços cronicamente deficitária (também com poucas empresas estabelecidas nos mercados mundiais ao ponto de serem reconhecidas como referências de internacionalização), à qual se somaram desequilíbrios internos estruturais e crescentes, elevados défices externos e orçamentais, e perante a iminente queda da colega Grécia, Portugal tornou-se um alvo fácil. Afinal, o seu mercado, as suas estruturas e agentes económicos nacionais viviam em média acima das suas possibilidades, o país não era suficientemente competitivo para aguentar as exigências, e acabou por claudicar no ritmo acelerado.

Resultado, Portugal que costumava passar mais ou menos despercebido à pressão dos mercados mas, depois de entrar na Zona Euro, deixou de o poder fazer. Não tendo optado por uma política externa conjuntural de união/cooperação com os Estados sob pressão (Grécia, Irlanda, Espanha e Itália) e assim constituir um lobby forte dentro da zona euro que contrariasse a sua situação internacional de total fragilidade e fosse capaz de impor regras nas negociações, Portugal deixou-se isolar de peito aberto e foi atacado com a violência de um exército pelo xadrez financeiro mundial.

Portugal vive um momento de encruzilhada histórica e dois cenários se prevêem, um mais que outro. Primeiro cenário, assume de vez que a independência nacional não é uma prioridade, que os seus cidadãos são mais europeus que portugueses, continua a subjugar-se a todas as medidas necessárias impostas pelo exterior (o que implica continuar a vender arbitrariamente património do Estado e centros de decisão estratégicos nacionais, até perdermos uma noção do que é verdadeiramente “nosso” para cumprir objectivos de “caixa”) e adere ao projecto de Federação Europeia que já se augura no horizonte.

Tudo se paga. *Não há almoços grátis.* Nem todos os efeitos são imediatos. Portugal ao aderir à União Europeia deixou-se seduzir pelos fundos comunitários e negociou mal em Bruxelas durante anos, deixando-se ultrapassar pelos mais fortes. A população portuguesa sentia directamente os benefícios no seu bom nível de vida, também com maior recurso ao crédito, e aproveitava ao máximo a liberdade do espaço Schengen, pelo que não se queixava. Mas algumas políticas económicas foram ruinosas para Portugal no longo prazo (a começar pela PAC, em que se trocou a competitividade em sectores económicos que rivalizavam directamente com os das grandes potências do grupo, pelo pousio, a florestação devastada por incêndios mercenários, uma menor quota nas pescas e produtos/serviços alternativos que mal se ajustam ao clima nacional). Agora dificilmente nos aguentamos sozinhos e não temos um pé-de-meia para as eventualidades.

Uma ressalva: o Banco de Portugal possui das maiores reservas de ouro do mundo, que ascendem a 382,5 toneladas, mas os acordos internacionais subscritos pelo Banco de Portugal limitam a quantidade de ouro que o Banco pode vender por ano, há restrições

legais que impedem o recurso às reservas para pagar défices orçamentais, e mesmo que o ouro fosse usado directamente no financiamento do Estado, valeria menos de 10% da dívida da administração Pública. Ainda assim, se Portugal fosse mais soberano, poderia escolher a melhor combinação de instrumentos em cada momento para seu benefício.

Segundo cenário, encontra uma solução que lhe mantenha mínimos de soberania capazes de abrir uma janela de oportunidade de maior independência económica em relação ao projecto europeu (ou a qualquer outro), investindo mais no seu perfil de diversificação de carteira de investimentos em mercados diferenciados e de menor vulnerabilidade a choques na oferta e na procura do mercado comunitário. Já pertence a diferentes organizações internacionais e poderia jogar simultaneamente em todas elas um papel mais activo em prol dos seus interesses – mas para isso era preciso liderança, visão estratégica e consenso nacional que não inviabilizasse um plano necessariamente de longo prazo

Portugal é a casa dos portugueses. O Estado numa Democracia é constituído por todos os seus cidadãos. E estamos como povo a comportarmo-nos como crianças que precisam ser governados e financiados por uma mãe poderosa. Um país com 900 anos não devia proceder como se tivesse medo do escuro, devia ser suficientemente capaz de se unir pela causa nacional, solucionar os seus próprios problemas e planear o seu destino com calma, racionalidade e bom senso – até com base nas lições que aprendeu no passado.

Parece estranho como Portugal, um país pequeno no mundo seja tão difícil de gerir e de governar, quando comparado com Estados como a China que possui 1,3 biliões de habitantes. A sua política externa devia ser flexível e adaptar-se ao momento histórico, negociando com as economias emergentes e afastando-se da centralidade dos temas fracturantes (os quais hoje em dia são o terrorismo internacional e as intervenções militares de carácter duvidoso em espaço alheio), procurando de forma pragmática aliados estratégicos em diferentes quadrantes geográficos e ideológicos, que pudessem ajudá-lo a sobreviver às crises ou mesmo a desempenhar um papel intermediário importante no diálogo Norte/Sul.

A sua política interna devia reorganizar a Administração Pública sem a tornar caótica ou inoperacional (ora fusões, ora divisões, mais burocracia e perda de tempo); mas também as pastas da Justiça e da Administração Interna para salvaguardar a ordem e a confiança dos cidadãos e das empresas (inclusive as estrangeiras) nas instituições. Assegurar um modelo social que sirva de rede de segurança para os mais desfavorecidos e reformados, cimentada numa mentalidade que fizesse aumentar radicalmente os níveis de produtividade e eficiência dos portugueses, o que significa trabalhar por gosto mas não necessariamente mais horas por semana.

É curioso pensar que se os portugueses em geral se comportassem em Portugal como quando emigrantes no Luxemburgo, a nossa economia conseguiria ser tão ou mais sólida como a do Grão-Ducado – que ainda é mais pequeno que este país à beira-mar plantado.

**18 Setembro 2012**